

**POLÍCIA MILITAR E CIÊNCIA:
FORMULANDO UMA TEORIA NA
QUALIFICAÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO**

METELO, Adriana de Souza¹

RESUMO: Este trabalho pretende qualificar um objeto de estudo para Polícia Militar, através de uma teoria de Polícia. Determinar esse objeto como sendo a ação policial e seu sujeito o policial militar e tendo como método “reflexão cognitiva de tomada de decisão em tempo real”, e ao usar para sua identificação, o método hipotético dedutivo, o que melhor explicou o mecanismo de funcionamento do cérebro do policial em eventos críticos. Para tanto o pesquisador fez uso do método experimental através da pesquisa ação, o qual foi precedido por um plano de ação, para distribuir as providências quanto à pesquisadora e às atividades dos grupos de policiais em observação nos dois encontros realizados na forma de seminário, por meio desse foi possível elaborar quadros conceituais que comprovam a ação policial, como objeto de estudo, e que o método aplicado é possível para sua validação como ciência, então, o trabalho pode confirmar a compatibilidade com o universo da atividade policial.

Palavras Chave: Ciência – Polícia – Objeto de Estudo

Abstract:

This work intends to characterize a study object for the Military Police, Through a theory of Polcy. To determine this object as being the police action and its subject the military policeman and having as method “cognitive reflection of talking decision in real time” using for its identification, the hypothetical method – deductive, which explained better the policeman’s brain fuctioning mechanism in critical events. So, the researcher used the experimental method through the research

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é Maj QOPM; Diretora Adjunta do Centro de capacitação Desenvolvimento e Pesquisa. Pós Graduada em Gestão de Segurança Pública pela Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis – UFMT.

– action, plan, to distribute the steps as the researcher and the group activities of policeman in observation at the two meetings realized as a seminary form, through this way it was possible to elaborate conceptual pictures that had proven the police action, as study object and that the applied method is possible for its validation as science, then, the work can confirm the compatibility with the universe of the political activity.

Key – Words: Science – Policy – Study Object

INTRODUÇÃO

Dada a expansão da atuação Polícia, poder-se-ia esperar dispor de algumas pesquisas fundamentais sobre questões elementares como: A Polícia passa o tempo fazendo o quê? Quais os aspectos em que se concentra, e a que é indiferente? Quem é responsável pela ponte que liga a Polícia a comunidade, voltada para resultados? Percebe-se, pela importância do assunto, que pesquisas apontam que tais questões, embora estudadas por polícias, como a dos Estados Unidos e da Grã – Bretanha, nada havia que realmente relatasse sobre a Polícia, portanto, pouca é a literatura disponibilizada aos integrantes dessa “força policial” com conhecimentos requeridos sobre a tarefa de Policial Militar. O que temos é um conjunto de pesquisas capaz e diversificada para fundamentar aspectos do trabalho policial.

Dos que aqui serão propostos ou discutidos encontramos o principal deles a seguir:

A principal e mais antiga missão da Polícia ao que se chama tradicionalmente de Segurança Pública, expressão que remete a justiça, a idéia de proteção de um cidadão. Missão principal também, porque concerne à vida cotidiana das pessoas que, em sua maioria, jamais conhecerão a Polícia e não ser sob esse aspecto. Principal, enfim, porque é a mais antiga das tarefas policiais, descendendo em linha direta das primeiras formas de organização policial nas cidades medievais. Monet, 2003.²

² MONET, Jean Claude. Polícias e Sociedades Modernas na Europa. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003

Ao encontro dos aspectos profissionais, a propositura do artigo é parecer particularmente oportuna quando se trata precisamente de estudar o objeto de estudo para Polícia Militar em seus aspectos profissionais, portanto tem o mérito de não prejudicar, pois, as dimensões aqui consideradas serão da essência nas práticas policiais.

A arte Polícia sob sua forma mais imediata – o policiamento, designa simplesmente um fato observado, como efeito universal e incontestável da ação policial, como a liberdade de que dispõe o policial de rua “operacional” e suas diferentes manifestações da polícia fadada na via pública grande liberdade de ação, responsabilidade, como explicar?

A concepção de liberdade de ação – discricionariedade, não pode ser desvinculada da concepção dominante da qualificação, fruto da interação policial manifestada pelo acúmulo de experiências e da aprendizagem pela prática operacional, esse aspecto da autonomia policial é insuficiente. Temos que observa a qualificação não do ponto de vista individual, em relação a uma tarefa definida de outra maneira, mas primeiramente á definição da própria tarefa, que é, em grande medida, coletiva, nesse aspecto condicionará a compreensão com prioridade dos fenômenos policiais.

A Revolução Francesa, juntamente com a declaração dos *Direitos Humanos do Homem e do Cidadão*, jogou por terra os privilégios, e proporcionou condições igualitárias, no que tange aos direitos e deveres, claro, que tais acontecimentos trouxeram como consequência a imposição de que no sistema policial a sua separação enquanto missão na magistratura. Com um pensamento bem a frente do seu tempo e de uma forma categoricamente moderna, nos moldes da polícia que conhecemos hoje: pública, especializada, profissional, surge na Inglaterra, em 1829, o primeiro inglês de ampla visão em problemas da criminalidade, chamado Sir Robert Peel, famoso ao enunciar o princípio que ganharia o nome dele, o qual preceitua a polícia, na tese de que a atividade policial deveria ser:

Estável; eficaz; organizada militarmente e debaixo o controle do governo, assim seria conhecida como o fim na manutenção da ordem pública, da liberdade, da prosperidade e da segurança individual. Bitnner.2003.³

³ BITTNER, Egon. Aspectos do Trabalho Policial. Tradução Ana Luisa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003, p219.

Sabedor e preocupado, com questões dos direitos individuais e dos direitos humanos, o discurso de Peel, foi levado aos dirigentes e sociedade em geral, que de pronto foram plausíveis e aceitáveis no contexto em que outras direções. O desafio da discricionariedade na aplicação da lei para Polícia Militar, especialmente no Brasil, encontra-se pelo percebido da história, em conseguir superar esse preconceito quanto às classes perigosas, que, por ironia da alarmante desigualdade brasileira, faz com que essa sejam os públicos que mais demandam atuação policial, e mais enfrentam os abusos da autoridade. É um problema de relacionamento da sociedade “organizada” com a sociedade “fardada” e paga para garantir a sua segurança. O lugar de polícia deveria causar curiosidade na própria polícia, como fonte de estudos nas escolas de formação, posto que há que compreendê-la como parte componente da humanidade. Quando cito Peel, o faço de modo que precisamos ter esse mesmo interesse para mudar o que já está desadequado, desqualificado e fora do contexto da realidade existente. É romper paradigmas e não quebrá-los, o passado não pode simplesmente ser “jogado no mar do esquecimento”, mas, evoluindo, crescendo, e o mais importante, mostrando à sociedade e às autoridades porque somos necessários e porque temos que ser respeitados e não temidos. Deste modo, pois o sentido a filosofia, ou seja, o exercício de raciocinar problemas específicos de polícia, terá que ser um passo necessário, posto que é o raciocínio lógico o princípio da ciência e do conhecimento.

Quando falamos da produção de conhecimento científico na atividade profissional de polícia, estamos antes de tudo na busca da qualificação primeira da tarefa, deve, pois, ser definida e delimitada, para então destinar os meios humanos – seleção; materiais – equipamento/instrumento, que os identificará uma organização – Instituição PM, uma divisão organizacional – Unidades administrativas/operacionais e uma especialização do trabalho – o policiamento e, principalmente dos trabalhadores – policiais militares, aliados a uma tecnologia e a uma forma dominante de relação social de produção – ação policial assertiva = resultados.

Contudo na análise do trabalho em si, verifica-se uma orientação dominante de que, deve-se ter entendimento da qualificação do ofício o POLICIAMENTO, e, portanto da formação e da

aprendizagem. E, por falta de um objeto de estudo, como elemento fundador dessa atividade, ou seja, o uso legítimo da força, tais tentativas se frustram e, em larga medida fica inaplicável ao trabalho policial: não há 'delimitação', sequer grosseira da tarefa de efetuar e da 'produção' a realizar. Por conseguinte o que constitui e organiza concretamente o trabalho é o processo ou modo – ação, o que nos remete ao paradigma do trabalho industrial – empresa.

O que temos muitas vezes é uma servidão do policial na prioridade da realização da tarefa com prioridade, tais como: atender autoridades externas sejam elas referentes a hierarquia da polícia ou simplesmente de uma outra autoridade requerente, oficiais, outras graduações para só daí a ocorrência e por fim quando ainda couber o policiamento preventivo. Dessa forma, os compromissos na atividade policial, em boa parte são imperativamente dedicados a atividades definidas e previstas, ao conteúdo prescritivo no bojo disciplinar *in fine*, mas, também é fraca e subjetivamente modulável, isto faz com que o potencial do policial em relação à tarefas requeridas na atividade de polícia, ultrapassem a sua capacidade de ação, posto que necessita ter de desenvolver um mecanismo para selecionar entre o volume de tarefas que é superior a sua capacidade e da liberdade – discricionariedade, na seleção de uma só tarefa com resultados de qualidade com pleno conhecimento da razão e de seu papel naquele procedimento.

Só identificamos 'qualificamos' a razão de ser e de estarmos policiais militares se for possível compreender que o que abre o tempo do trabalho policial, bem como o seu conteúdo no contexto da dialética entre o prático e o teórico é o imprevisto *da atividade policial* e o discricionário *do saber do policial*; é o singular lugar que ocupam os policiais militares *a ocorrência*. Foi possível vislumbrar nessa pesquisa, que necessário se faz minimizar o serviço de polícia, apartando-o da servidão que são em maioria imperiosas e impedem consideravelmente uma resposta também a essa, com qualidade. Assim é passível de compreensão de nossa parte policiais militares que as ocorrências dependem da iniciativa de outrem o *cidadão – infrator*, em que pese involuntariamente a intervenção policial, contudo, e por isso, as ocorrências policiais comportam todas as que emanam da própria iniciativa do funcionário

da polícia militar estadual, e seu número é, infinitamente modulável. A própria natureza da ocorrência policial é variável, bem como aquelas cuja, qualificação, e a própria existência, vão depender inteiramente do próprio policial militar. Se assim for possível compreender, que, a ocorrência – ação policial, é o objeto de estudo da Polícia Militar, concebe-se então que este é o material a ser estudado e definido, ao mesmo tempo, compreendendo que é esse um pensamento complexo, mas o devemos tratar nas escolas de formação profissional policial como margem de manobra considerável da ciência, em favor, na qualificação da profissão de polícia militar e tudo que põe em causa nossa garantia de autonomia como Instituição Pública de Segurança, pertencente ao sistema constitutivo de um Estado Moderno e Democrático de Direito.

QUALIFICANDO UM OBJETO DE ESTUDO

O objeto científico é uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas e, corresponde a própria realidade, porque esta é racional e inteligível em si mesma. As experiências científicas são realizadas apenas para verificar e confirmar as demonstrações teóricas, e não produzir conhecimento do objeto, pois este é conhecido exclusivamente pelo pensamento. O contexto da ciência utilizado nessa pesquisa foi da concepção construtivista, que foi iniciada em nosso século e tem em consideração na ciência uma construção de modelos explicativos para realidade, e não uma representação da própria realidade, assim o processo utilizado foi o de combinar dois procedimentos: um vindo do racionalismo – que exige um método que permitiu ao pesquisador estabelecer axiomas, definições e deduções sobre o objeto de estudo, o outro procedimento utilizado foi o empirista – onde utilizou-se da experimentação guiado na interseção para mudar os axiomas, as definições e as demonstrações. Todo o processo utilizado foi necessário para compreender que o objeto é uma construção lógico – intelectual, bem como, uma construção experimental, feita em ação, portanto o resultado não era que esse objeto apresentasse uma realidade em si mesma, mas que estabelecesse uma estrutura e um modelo de funcionamento da realidade, explicando o fenômeno observado – a

ação policial. Portanto, não fomos em busca de uma realidade absoluta e sim de uma verdade aproximada que pode ser corrigida, modificada, abandonada por outra mais adequada ao fenômeno, ou seja, que a ação policial é individual, ambulante e intransferível.

Fenômeno é o meio natural e o campo de todos os pensamentos e de todas as percepções explícitas, não é uma ciência do mundo, não é mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada, é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta a eles. Porty, 1994.⁴

Para tanto no contexto científico dessa pesquisa utilizou-se para fins de estudo do objeto científico da Polícia Militar, três exigências para um ideal de cientificidade. Antes necessário se faz que falemos como se processou a experiência no campo da pesquisa considerando o fenômeno da atividade policial. O ato da experimentação foi realizada com setenta e cinco policiais militares das Unidades Operacionais da grande Cuiabá, dispostos em uma pesquisa – ação, realizada em dois momentos diferentes na forma de seminários, onde foram confrontados em situações reais simuladas do dia – a – dia policial, para criar o mesmo ambiente de estresse em situações de conflito e também foi destacado dos demais um grupo de controle. Após a organização dos meios foram divididos em dez equipes e reorganizados por predominância no agir por teóricos – aqueles que conciliam na ação o somente o que apreendeu nos bancos escolares e nos práticos – aqueles cujo, a ação prevalece a experiência de vida na atividade de rua. Só assim, foi possível mapear um fenômeno comum a amostra: de que todos sem exceção apresentaram problemas para conciliar o teórico com a prática, quando avaliados individualmente no raciocínio da tarefa policial. Enquanto que no grupo de controle, esse fato, não ocorre posto que, esse apresenta policiais com maior habilidade de conciliar o teórico com prático principalmente quando trocam as suas experiências individuais. Desses dados, foi possível interpretar que a memória do policial militar é *individual* – porque após experimentar a rotina policial estas, corretas ou não ficam

⁴ PORTY, Merleau. M. Fenomenologia da Percepção. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fontes, 1994, p 6.

como uma lição própria do que deve ser feito para não ser punido ou excluído; é *ambulante* – porque a Instituição não utiliza essa experiência para retro- alimentar o seu próprio e a curva do conhecimento nas escolas de formação profissional por meio de pesquisas aprimorando as técnicas e o aperfeiçoamento da ferramenta de trabalho e, é *intransferível* – porque não há mecanismo para processar essa experiência adquirida do policial que está na atividade de rua, pois o é fonte de informação e de investigação ou seja não vira lição de aprendizagem para os demais no campo da experimentação científica para aquela ação. Esse fatores nos levam a produção de um conhecimento cheio de arremendos da experiência e da prática policial. Após a identificação desses axiomas, foi possível elaborar uma teoria para ação policial, proposta como objeto de estudo para Polícia Militar assim denominada:

“ REFLEXÃO COGNITIVA DE TOMADA DE DECISÃO EM TEMPO REAL.”

Esses princípios se baseiam na ativa atividade policial, contudo antes dela ser definida, delimitada como o fim para o início da produção do conhecimento de polícia, é preciso definir a tarefa, contudo, não é o propósito desse estudo.

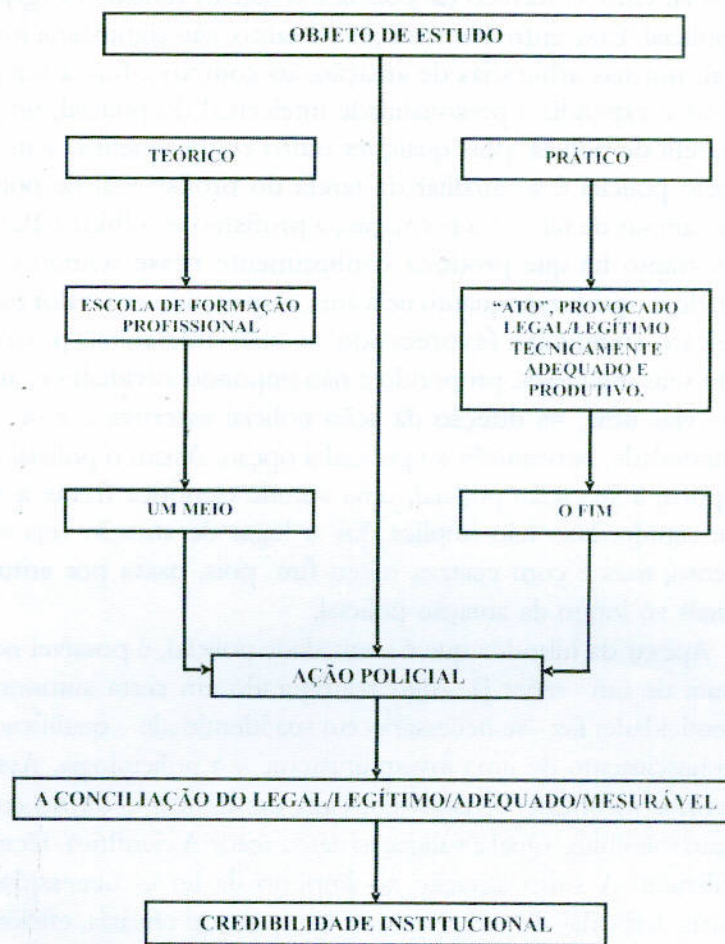
Necessário se faz que justifiquemos os termos da teoria e seus propósitos. *Reflexão*, porque o policial deve ter em sua memória conhecimento suficiente sobre a polícia, daí a necessidade de definir o que deve ser ensinado e o que deve se aprendido. *Cognitivo*, porque o exercício de raciocinar, conciliando o teórico com o prático é imperioso ao profissional que tem uma formação voltada para o agir preventivamente. *Tomada de decisão*, posto que é atitude voluntária e positiva de querer fazer algo sobre aquilo que se tem conhecimento acrescido da experiência e as ferramentas adequadas disponíveis. *Decisão*, é a postura policial positiva, para que se proceda uma alternativa viável ao momento, aplicando o raciocínio lógico para o agir assertivamente. *Em tempo real*, porque uma vez acionado o policial, não haverá tempo para consultar livros manuais, mas sim, o contido no seu bojo intelectual, esse irá definir todo o procedimento a seguir em questão de segundos.

Assim baseado no “ideal de cientificidade”⁵ esses princípios apresentaram compatibilidade do universo policial com a ciência, pois estão de acordo com os princípios de cientificidade assim discriminados:

1. Que haja coerência, isto é, que não tenha contradições entre os princípios que orientam a teoria. Cada princípio tem conceito independente, contudo, necessitam um do outro para comporem a teoria formando um conjunto harmônico e compreensível;
2. Que os modelos dos objetos ou estruturas dos fenômenos (memória policial – intransferível, individual e ambulante), sejam construídos com base na observação e na experimentação. Todos os dados aqui levantados foram feitos por meio de uma pesquisa ação e identificados a partir da observação dos fatos e atitudes diante de uma situação de confronto real. De acordo com a realidade da amostra;
3. Que os resultados obtidos possam não só alterar os modelos construídos, mas também alterar os próprios princípios da teoria, corrigindo-a. Qualquer um dos princípios pode ser alterado, quando os fenômenos assim estabelecerem outras concepções.

Essa pesquisa proporcionou a elaboração de quadros conceituais, quando da observação dos dados apresentados acima, e observados no desenvolvimentos da pesquisa – ação, assim será exposto o quadro que teve como objetivo propor a ação policial como objeto de estudo, mais adequado a polícia militar no policiamento. Portanto o quadro conceitual que veremos abaixo foi o que melhor exemplificou o objeto de estudo proposto nessa pesquisa:

⁵ ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p 123.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da Polícia Militar é levar o policial em formação e o profissional a integrar-se à ocupação escolhida, respeitando as suas possibilidades e interesses, e, ainda quanto ao policial à relação transferencial entre o técnico de polícia e o sujeito reflexivo cognitivo da ação policial. Esse enfrentamento, no entanto, não significaria impor ao policial, normas arbitrárias de atuação, ao contrário, busca sempre, desenvolver e expandir a personalidade intelectual do policial, no que tange a tarefa de polícia, pois qualquer outro conhecimento científico trazido pelo policial é só auxiliar da tarefa do profissional de polícia, posto que, apesar de ter outra formação, a profissão escolhida é Policial Militar, portanto há que produzir conhecimento nesse sentido e dar credibilidade ao que faz, enquanto nela atua, respeitando esse valor moral a Instituição, trabalhará favorecendo as suas iniciativas pessoais, suscitando seus interesses, propondo e não impondo atividades e, ainda com duas vias uma, na direção da ação policial assertiva e a outra a discricionariedade, permitindo ao policial a opção. Assim o policial terá como suporte à sua ação policial, uma atitude científica frente a esse objeto de estudo. Isso não implica que o lugar de atuação seja só o policiamento, mas é com certeza o seu fim, pois, passa por atitudes profissionais ao longo da atuação policial.

Apesar da hibridez que é a atividade policial, é possível notar que se trata de um saber já. Algo configurado em certa autonomia, certa autenticidade; faz-se necessário em sua identidade – qualificação, enquanto nascimento de uma jovem episteme – a policiologia. Assim, administramos incertezas e riscos em cada ocorrência e/ou no curso de uma ação escolhida. Qual a validação dessa ação? A científica- técnica, não é utilizada! A subordinação ao império da lei as necessidades operacionais derivadas de preservar a ordem pública: eficácia, eficiência e efetividade, constitui o principal desafio do policiamento. Isso fica evidente se considerarmos que o balcão de atendimento muitas vezes é a própria porta da viatura e esta continua a ser, individual, intransferível e ambulante, sendo concretamente exercida em Cuiabá por aproximadamente dois mil policiais que patrulham nossas ruas.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAYLLEY, H. David. *Padrões de Policiamento*. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *Fenomenologia: Confronto e Avanços*. São Paulo: Cortez, 2000.

BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. Tradução Ana Luisa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

MONET, Jean Claude. *Polícias e Sociedades na Europa*. Tradução Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SKINNER, Burrhus Frederic. *A Ciência do Comportamento Humano*. Tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 10. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa –ação*. São Paulo: Cortez. 1998.